

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 158.562 - MS (2018/0117875-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DE BANDEIRANTES - MS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTERES. : JEAN CARLOS LOPES CAMPOS
INTERES. : ENZO LEMOS JUNIOR
ADVOGADOS : PLINIO JOSE TUDE NAKASHIAN - MS015393
DOUGLAS HENRIQUE DE MOURA SILVA - MS016331
INTERES. : CGR ENGENHARIA EIRELI
ADVOGADO : THIAGO MACHADO GRILO - MS012212

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência em que é suscitante o JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, tendo como suscitado o JUÍZO DE DIREITO DE BANDEIRANTES - MS.

Na origem, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promoveu junto ao JUÍZO DE DIREITO DE BANDEIRANTES - MS ação civil pública contra JEAN CARLOS LOPES CAMPOS, ENZO LEMOS JUNIOR e CGR ENGENHARIA EIRELI por supostos danos ambientais causados pela extração de cascalho da propriedade rural denominada Chácara Bonanza.

O Juízo suscitado declinou da competência, acolhendo manifestação do Ministério Público Estadual segundo a qual, sendo o objeto da extração irregular bem da União Federal, competiria à Justiça Federal processar e julgar o feito.

Por sua vez, o Juízo suscitante entendeu que

"(...) não é qualquer delito que desloca a competência para a Justiça Federal, mas aquele que fere direito de propriedade da União, como no caso de extração de recursos naturais sem autorização do órgão responsável.

Sobre o caso, destaco informação do DNPM (f. 120).

Diante disso, o DNPM teria interesse jurídico se o objeto da ACP fosse a de obter provimento judicial pra impedir que ocorra a lavra ilegal. Todavia, quando o objeto da ACP for buscar reparação civil por usurpação de bem público (minério) ou por dano ambiental, o DNPM não tem interesse jurídico, mas sim a União (no caso de usurpação) e o IBAMA e demais órgãos ambientais (no caso de dano ambiental).

Como já mencionado, a ação não busca impedir lavra ilegal tampouco reparação por usurpação de recursos minerais e talvez por essa razão a União informou não possuir interesse no feito. O mesmo ocorreu com o IBAMA, que disse que a questão pertence à alçada do órgão ambiental do

Estado de MS.

Assim, ainda que se trate de delito relativo a recursos naturais, não há interesse jurídico da União ou suas autarquias na demanda, pelo que a competência não é da Justiça Federal" (fls. 133/134 e-STJ - grifou-se).

É o relatório.

DECIDO.

O conflito não merece sequer ser conhecido.

Na decisão que suscitou o conflito em comento, o Juízo Federal expressamente consignou que inexistiria interesse jurídico da União ou de suas autarquias no feito, afastando a competência da Justiça Federal para processamento e julgamento da demanda.

Assim, a teor do que determina o § 3º do artigo 45 do Código de Processo Civil de 2015, não seria o caso de o Juízo Federal suscitar o conflito de competência, mas, sim, de restituir os autos ao juízo ora suscitado.

Nesse sentido são as Súmulas nºs 150, 224 e 254/STJ:

Súmula nº 150/STJ - "Compete a Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas."

Súmula nº 224/STJ - "Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito."

Súmula nº 254/STJ - "A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual."

Ante o exposto, não conheço do conflito, mas determino, todavia, o encaminhamento dos autos originais ao JUÍZO DE DIREITO DE BANDEIRANTES - MS, ora suscitado.

Oficiem-se. Publique-se.

Brasília (DF), 28 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator